

Caldas tem o mais elevado poder de compra no Oeste

Óbidos tem um dos maiores factores de dinamismo relativo do país

O concelho das Caldas da Rainha (com 99,92) perdeu o mais elevado poder de compra no distrito de Leiria a favor da Marinha Grande que o ultrapassou em 2007, configurando um valor acima da média nacional de 101,99. Contudo, Caldas manteve a liderança na região Oeste, segundo os dados estatísticos publicados em 2009 referentes a 2007, mas voltando a estar abaixo da média nacional.

Em contrapartida, Óbidos está no ano em análise na 8ª posição a nível nacional nos factores de dinamismo relativo, uma vez que este índice mede especialmente "o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal".

Mesmo assim é importante reter que, apesar de uma variância simétrica em relação à média nacional do concelho das Caldas desde que estes índices são calculados no nosso país, esta sombra a este nível com a maioria das cidades com maior importância económica, especialmente no sector dos serviços.

De igual forma se constata que o concelho de Óbidos, apesar de partir de um ponto bastante inferior em termos do poder de compra, tem vindo a crescer sistematicamente, facto a que não são alheios os próprios factores de dinamismo relativo.

Estes são alguns dos resultados da oitava edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC), desta vez da responsabilidade exclusiva do INE, trabalho de investigação que se tem realizado desde 1993.

Caldas da Rainha caiu para a 40ª posição em 2007 quando já esteve numa posição cimeira entre as cidades portuguesas quando tinha um índice de 110,7 em 1993, ano em que se começaram a publicar estes estudos. Nessa altura o poder de compra do concelho estava a mais 10,7% que a média nacional. A partir daí veio caindo, tendo apresentado nos anos de 1997, 2000, 2004 e agora 2007 um índice abaixo da média nacional.

O concelho português com um indicador de poder de compra mais elevado continua a ser naturalmente Lisboa, em 2007 com 235,74, seguindo-se Oeiras com 172,95, o Porto com 170,50, depois Cascais com 155,74, Alcochete com 144,81, Faro com 141,55, Porto Santo com 139,92, Coimbra, Montijo e Funchal, respectivamente com 139,13, 137,64 e 135,44.

Na região Oeste é o concelho das Caldas da Rainha o mais bem posicionado, seguido a alguma distância por Torres Vedras com 93,72. Segue-se Alenquer e Nazaré com, respectivamente, índices de 92,96 e 89. Refira-se que todos os concelhos têm vindo a melhorar as suas posições relativas, como se pode ver nos gráficos. Na região Oeste apenas Caldas da Rainha, Alenquer, Nazaré e Torres Vedras estão acima da média da região Oeste, que é actualmente de 88,10. To-

dos os restantes concelhos estão abaixo.

Em termos de distrito de Leiria, o concelho da Marinha Grande ficou desta vez na primeiro lugar com um índice de poder de compra de 101,9, ultrapassando as Caldas da Rainha que tem 99,92 e Leiria logo a seguir com 99,87, também aproximando-se rapidamente da média nacional.

No país estão à frente das Caldas várias capitais de distrito, concelhos da Grande Lisboa e Grande Porto, e concelhos turísticos, como para além das já referidas, Aveiro, S. João da Madeira, Matosinhos, Sines, Almada, Évora, Albufeira, Portimão, Maia, Amadora, Setúbal, Ponta Delgada, Vila Franca de Xira, Braga, Beja, etc.

Contudo atrás das Caldas da Rainha encontram-se importantes concelhos como Santarém, Sintra, Vila Real, Figueira da Foz, Castelo Branco, Bragança, Torres Vedras, Torres Novas, Guarda, Viana do Castelo, Abrantes, entre a grande maioria dos pequenos e médios concelhos do interior do país e das Regiões Autónomas.

Em termos regionais cabe à sub-região da Grande Lisboa e à região de Lisboa (como é agora considerada nas estatísticas nacionais) os maiores índices de poder de compra, respectivamente com 147,87 e 136,85, deixando à distância, mas mesmo assim acima da média nacional as regiões do Grande Porto (113,59), Península de Setúbal (108,33), Algarve (103,65) e Baixo Mondego (102,28). Seguem-se depois abaixo da média nacional as regiões da Madeira (95,46), Alentejo litoral (90,53) Lezíria do Tejo (90,52), Pinhal Litoral (90,32), Alentejo central (89,74) e Oeste (88,10). Depois temos ainda Alentejo (87,33), S. Miguel (87) e Baixo Vouga (86,81).

Próximo do concelho das Caldas há alguns concelhos que continuam com indicadores de poder de compra razoavelmente baixos, mas que progrediram nos últimos anos, como o Cadaval com 65,15, continuando Óbidos em franca progressão tendo passado de para 75,81 (quando em 2000 estava em 49,7 e em 1995 em 38,46), Bombarral (75,86 idêntico ao que tinha em 1993), Lourinhã (78,56), Alcobaça (82,78 próximo do que tinha em 1993 depois de ter caído nos anos seguintes), Peniche (87,36) e Torres Vedras (93,72). Pode-se constatar que os concelhos da região Oeste apresentam valores actualmente mais homogéneos quase todos acima dos 75 pontos.

Pior estão os concelhos do norte do distrito de Leiria (com excepção da capital do distrito e da Marinha Grande), que têm valores junto a essa média ou acima da média nacional, quando os restantes estão bastante abaixo: Batalha (82,71), Pombal (73,80), Porto de Mós (67,87), Alvaiázere (58,33), Ansião (62,58), Castanheira de Pêra (59,93), Figueiró dos Vinhos (55,61) e Pedrógão Grande (58,61),

O OESTE CONTA APENAS 3% NO PODER DE COMPRA NACIONAL

No referido estudo calculam-se também as contribuições de cada concelho no poder de compra do país tomado como valor 100. Este índice reflecte não só a distribuição do poder de compra pelo país, mas também e concomitantemente, a distribuição da população.

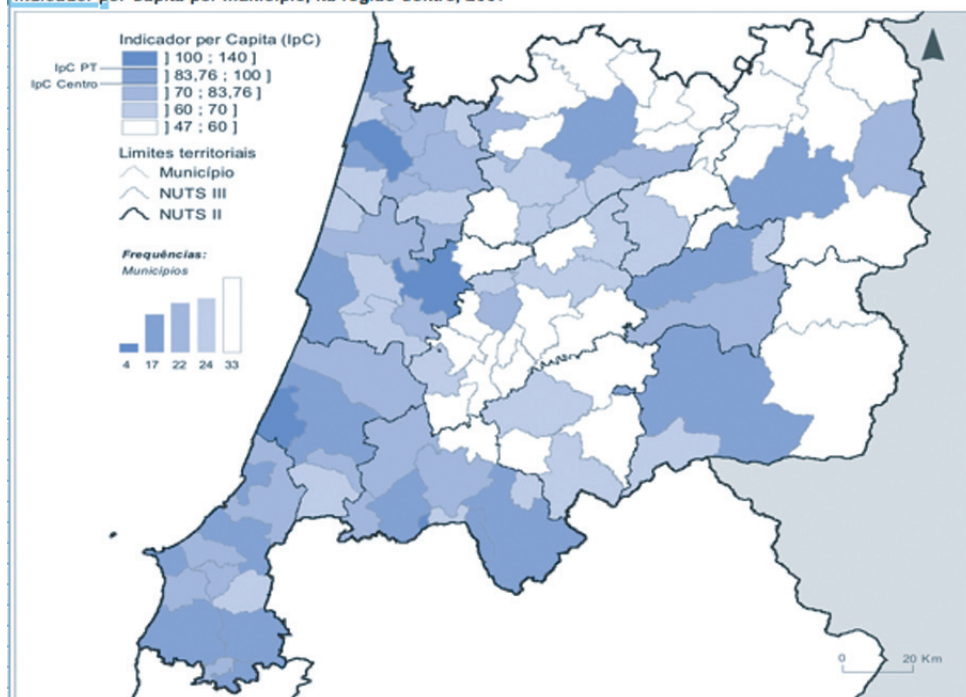
Assim percebe-se que a Grande Lisboa contribuiu em 2007 com 28,21% para o poder de compra nacional, seguindo-se o Grande Porto com 13,7%, a Península de Setúbal com 7,98%, o Algarve com 4,16%, o Baixo Mondego com 3,2%, indo a Região Oeste mais abaixo com 3%.

Por concelhos, vem Lisboa à frente com 11,09%, seguido de Sintra com 4,04%, Porto com 3,56% e Vila Nova de Gaia com 2,93%. Caldas da Rainha aparece na 47ª posição contribuindo com apenas 0,495%, ficando atrás de Leiria com 1,2%, Torres Vedras com 0,68% e Santarém com 0,6. Da região Oeste aparecem depois Alcobaça na 53ª posição com 0,43%, Peniche com 0,235% e Lourinhã com 0,188%.

Segundo o estudo, "a ideia subjacente a este indicador é a de observar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra sobre o território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra per capita pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em suma, o indicador PPC não resulta directamente da análise factorial, mas é derivado do IPC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional."

Isto permite concluir que a observação da estrutura regional da PPC em 2007 revela que dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país se concentravam nas regiões NUTS II de Lisboa e do Norte. Para este resultado, contribuíam

Indicador per Capita por município, na região Centro, 2007



Indicador Per Capita na região centro em 2007

de forma mais decisiva as sub-regiões NUTS III Grande Lisboa (28%), Grande Porto (14%) e Península de Setúbal (8%). No conjunto, estas três sub-regiões representavam cerca de metade do poder de compra manifestado no território nacional. A representação cartográfica deste indicador permite, adicionalmente, constatar que o poder de compra se concentra de forma mais intensa nas regiões do Litoral continental. Com efeito, as seis sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se no Interior da região Centro: Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Beira Interior Norte e Pinhal Interior Norte. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

CONCELHOS TURÍSTICOS COM MAIOR DINAMISMO RELATIVO

No mesmo estudo é ainda apresentado o Factor de Dinamismo Relativo

(FDR), que mede a tendência que subsiste, em termos sobretudo de dinâmica comercial, depois de retirada a influência do nível de poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos do país. Este índice mede essencialmente o poder de compra derivado dos fluxos populacionais de cariz turístico, que assumem frequentemente uma mera natureza sazonal.

Segundo os resultados da análise através deste índice, os concelhos melhor classificados são desta vez os situados nas zonas balneares e turísticas, nomeadamente no Algarve a na restante costa do país. Não será assim surpresa que na nossa região os concelhos com maior dinamismo relativo sejam Óbidos (2,527) na 8ª posição nacional, ultrapassando já a Nazaré (que estava na 12ª posição nacional em 2004 com 1,35), Lourinhã (0,078), Alcobaça (0,065) e Cadaval (0,005). Peniche passou para valores negativos com -0,032 (0,51 em 2004) e Caldas da Rainha com -0,289, tal como Torres Vedras com -0,227.

O concelho com um maior factor

de dinamismo relativo continua a ser Albufeira com 10,7 (10,2 em 2002), seguido de Loulé com 5,715, Vila do Bispo com 5,639, Lagoa com 5,073 e Lagoa com 4,722. Óbidos aparece antecedido por Portimão e Vila Real de Santo António e seguido por Tavira, Castro Marim, Aljezur e Porto Santo.

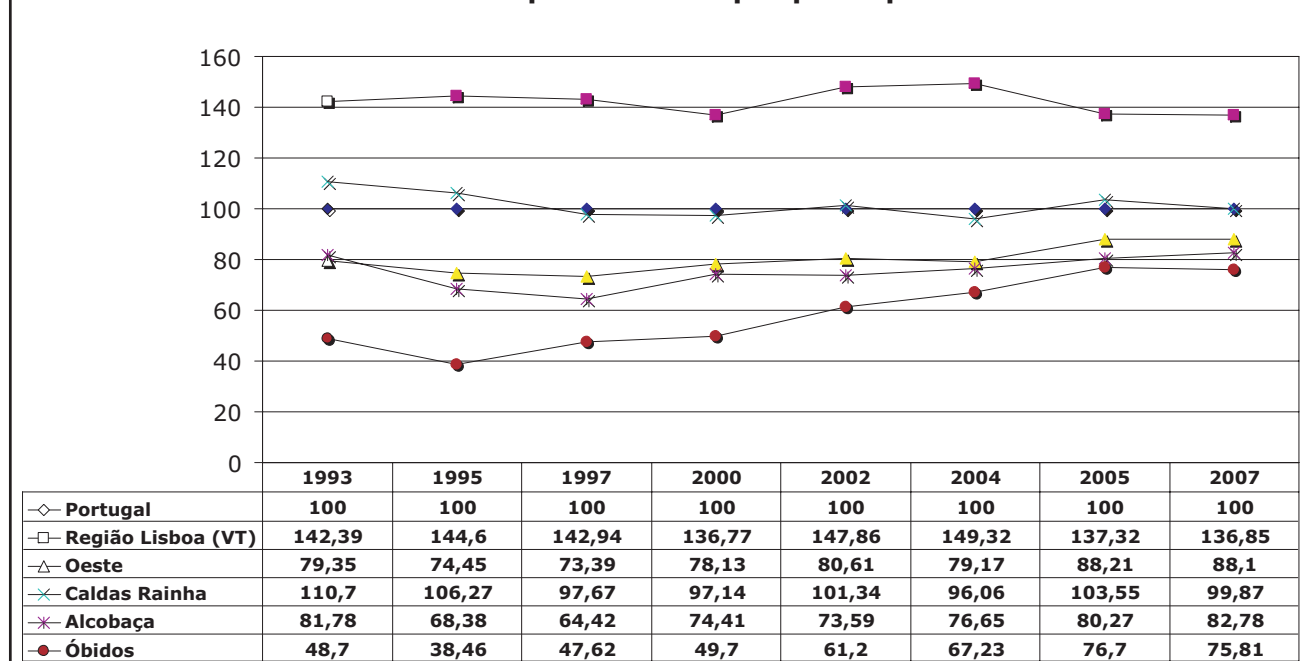
O conjunto dos concelhos da sub-região do Oeste apresentam um FDR negativo de -0,037 naturalmente resultante dos índices negativos de Arruda dos Vinhos (00,179), Bombarral (-0,145), Caldas da Rainha (-0,289), Sobral de Monte Agraço (-0,238), Torres Vedras (-0,227) e Alenquer (-0,402).

Neste índice são alguns dos concelhos com maior poder de compra que tem posições piores, nomeadamente Lisboa (-0,994), Amadora (-0,791), Oeiras (-1,45), Porto (-0,788), Matosinhos (-0,712) e Almada (-0,398).

Também no norte do distrito de Leiria os índices negativos se sucedem: Leiria (-0,461), Marinha Grande (-0,522), Pombal (-0,253).

JLAS

Índice de poder de compra per capita



te e perde para a Marinha Grande no distrito

Como se calcula o Indicador per capita do poder de compra?

O Indicador per capita do poder de compra é um número índice calculado pelo Instituto Nacional de Estatística que compara o poder de compra regularmente manifestado nos diferentes concelhos e regiões, em termos de per capita, com o poder de compra médio do País a que foi atribuído o valor 100.

Esta análise pretende, como é afirmado no estudo publicado este ano, caracterizar os municípios portugueses sob o ponto de vista do poder de compra, na acepção lata de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis, por recurso a um modelo de análise factorial, permitindo atenuar as lacunas de informação decorrentes da não aplicabilidade da contabilidade regional à escala municipal.

Os dados trabalhados para a apresentação dos resultados acima referidos são os seguintes:

- Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, *per capita*, 2007;
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, *per capita*, 2007;
- Valor dos contratos de mútuo com hipoteca voluntária sobre prédios urbanos em propriedade horizontal, segundo a localização do imóvel, *per capita*, 2007;
- Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos em propriedade horizontal, segundo a localização do imóvel, *per capita*, 2007;
- Valor das operações de pagamento de serviços em caixas automáticas, segundo a localização da caixa automática, *per capita*, 2007;
- Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticas, segundo a localização da caixa automática, *per capita*, 2007;
- Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticas, segundo a localização da caixa automática, *per capita*, 2007;
- Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, *per capita*, 2007;
- Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, *per capita*, 2007;
- Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, *per capita*, 2007 (Fonte: MTSS - Gabinete de Estratégia e Planeamento)
- Consumo doméstico de energia eléctrica, segundo o local de consumo, *per capita*, 2007;
- Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), *per capita*, 2007
- Volume de negócios das empresas da divisão 52 da CAE-Rev.2.1 (comércio a retalho), com actividade, segundo o município do estabelecimento, no caso das sociedades, ou segundo o município da sede nas empresas não-societárias, *per capita*, 2006;
- Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segun-

do o local de residência dos proprietários, *per capita*, 2007;

• Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros registados na Direcção Geral do Turismo, segundo a localização do estabelecimento hoteleiro, *per capita*, 2007;

População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população total, 2001.

Segundo os autores do estudo a “informação estatística utilizada reporta-se quase exclusivamente ao ano de 2007 e as variáveis base para o estudo foram relativizadas pela população residente, estimada pelo INE, para 31 de Dezembro desse ano. Com base em 17 variáveis, o EPCC disponibilizou três indicadores referidos antes:

- o IpC, Indicador per Capita do poder de compra (primeiro factor da análise), que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional;
- a PPC, Percentagem de Poder de Compra (indicador derivado do primeiro factor), que reflecte o peso do poder de compra de cada município ou região (que decorre do Indicador per Capita) no total do país para o qual assume o valor 100%;
- o FDR, Factor Dinamismo Relativo (segundo factor da análise), que pretende reflectir o poder de compra, de manifestação geralmente sazonal, associado aos fluxos populacionais induzidos pela actividade turística, constituindo a tendência de dinâmica comercial que subsiste na informação de base, para além da reflectida no Indicador per Capita.”

